

Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Culturas e história dos povos indígenas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Culturas e história dos povos indígenas [recurso eletrônico]
/ Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-366-8

DOI 10.22533/at.ed.668201609

1. Etnologia. 2. Povos indígenas – História. I. Pereira,
Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula.

CDD 980.41

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Há, na construção tradição narrativa da realidade brasileira, ou do “Mito fundador” como chamou a Marilena Chauí, um lugar constante para as culturas e povos indígenas. Um lugar passivo, esquecido, padrão como toda tradição inventada: em que o real não ocupa tanto espaço quanto o que se espera ser: um indígena que não ocupa os dias atuais, mas pertencem a dias esquecidos como influência.

Não é assim, por mais força que essa imagem tenha no senso comum, que os povos indígenas ocupam seus espaços e lutam por direitos, reconhecimento e conhecimento nos dias atuais. De fato, a própria ideia de “indígena» pode acabar por mascarar a realidade dos grupos e povos e identidades diversas que nos cabem no Brasil. Em todos os continentes, os povos indígenas permanecem enfrentando massiva discriminação, com impactos agravados quando se encontram em situação de minorias, étnicas e lingüísticas. Por isso é extremamente importante a reflexão proposta sobre esse tema. Na tentativa de avançar na desconstrução desse espaço imaginário do indígena mítico, que tem que ser substituído pelo reconhecimento de suas culturas ricas e diversas e de sua luta incessante. Essa cultura vasta e diversificada.

Disponos no Brasil de uma miríade de culturas e saberes, realidades materiais e imateriais. Tomar como objeto, significa, como bem lembra Manuela Carneiro da Cunha (1998) – a cultura global não existe como um imperativo absolutos, enquanto reconhecermos que o local não perde seu poder. Muito pelo contrário, continuam presentes e ativos, com seu espaço e presença enquanto objeto de investigação e de construção da realidade social brasileira.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CRIANÇA GUARANI E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INFANTIL INDÍGENA NA ALDEIA KRUKUTU

Edna Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6682016091

CAPÍTULO 2..... 13

DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULO NAS ESCOLAS INDÍGENAS DOS POVOS DA REGIÃO DO TAPAJÓS-ARAPIUNS – AMAZÔNIA – BRASIL

Claudio Emidio-Silva

Rita de Cassia Almeida-Silva

Maria Lucia Martins Pedrosa Marra

DOI 10.22533/at.ed.6682016092

CAPÍTULO 3..... 23

DESAFIO DOCENTE E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA INDÍGENA DE RORAIMA

Catarina Janira Padilha

Leila Soares de Souza Perussolo

DOI 10.22533/at.ed.6682016093

CAPÍTULO 4 37

A FUNÇÃO AFIRMATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR COM A MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

Carla Patrícia Martins Albuquerque

Paulo Roberto de Souza Freitas

DOI 10.22533/at.ed.6682016094

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISE DO ENSINO PRATICADO EM UMA ESCOLA INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA TUXA EM IBOTIRAMA, BAHIA

Adriana Maria dos Santos

Fábio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6682016095

CAPÍTULO 6..... 63

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO ALTO RIO NEGRO: ACESSO À EDUCAÇÃO NO CAMPUS IFAM – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Luclécia Cristina Moraes da Silva

Roberta Enir Faria Neves de Lima

Jefferson Aristiano Vargas

Maria Isabel Oliveira Silva

Joscival Vasconcelos Reis

Edilson Martins Melgueiro

DOI 10.22533/at.ed.6682016096

CAPÍTULO 7	77
CANÇÕES DO GRUPO RAÍZES CABOCLAS: A PRESENÇA DO LÉXICO INDÍGENA APLICADA À PEDAGOGIA DO ENSINO BÁSICO	
Karen Francis Maia	
Renato Antônio Brandão Medeiros Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6682016097	
CAPÍTULO 8	88
DESCOLONIZANDO SABERES: UM DESPERTAR COM A TERRA NO ESTUDO DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS	
Aida Brandão Leal	
Rafaela Werneck Arenari	
Janaína Mariano César	
DOI 10.22533/at.ed.6682016098	
CAPÍTULO 9	97
TRABALHO CÊNICO E TEÓRICO: “IKUÃNI” O CORPO DA ANCESTRALIDADE	
Regina Cláudia Moraes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6682016099	
CAPÍTULO 10	107
AUDIOVISUAL E CULTURA INDÍGENA NOS CURTAS METRAGENS DE ADEMILSON “KIKI” CONCIANZA	
Nicolly Cardoso Tiradentes de Souza	
Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
DOI 10.22533/at.ed.66820160910	
CAPÍTULO 11	119
ORALIDADES, MEMÓRIAS E NARRATIVAS MĚBĚNGÔKRE: HISTÓRIAS DE UM POVO “SEM ESCRITA”	
Dilma Costa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66820160911	
CAPÍTULO 12	132
MEMÓRIAS DE FAMÍLIA: RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DE JOÃO TOMÁS, REVELA-SE UM PEDAÇO DA HISTÓRIA PANKARARU E DOS ÍNDIOS NO NORDESTE	
Alberto Reani	
Josélia Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66820160912	
CAPÍTULO 13	146
O MOCORORÓ E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS POVOS INDÍGENAS DO LITORAL CEARENSE - RESISTÊNCIA E ESPIRITUALIDADE NOS MODOS DE FAZER E CONSUMIR	
Carolinne Melo dos Santos	
Anna Erika Ferreira Lima	
Ana Cristina da Silva Moraes	

Mateus de Castro Ferreira
DOI 10.22533/at.ed.66820160913

CAPÍTULO 14..... 160

INDICADORES NATURALES SOBRE LAS VARIACIONES CLIMÁTICAS QUE UTILIZAN LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA PERUANA: CASO DE CUATRO COMUNIDADES NATIVAS DE UCAYALI Y MADRE DE DIOS.

Yolanda Ramírez Villacorta
Oliverio Llanos Pajares

DOI 10.22533/at.ed.66820160914

CAPÍTULO 15..... 175

MANEJO FORESTAL DE BOSQUES COMUNALES: ESTRATEGIA PARA LA MITIGACIÓN Y ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO EN COMUNIDADES NATIVAS AMAZÓNICAS DEL PERÚ

Yolanda Ramírez Villacorta

DOI 10.22533/at.ed.66820160915

CAPÍTULO 16..... 187

PROCESOS DE DESCOLONIZACIÓN A PARTIR DE LA “EXPERIENCIA DE LA EXTRAÑEZA” COMO UNA EPISTEMOLOGÍA CONTRAHEGEMÓNICA PARA LAS TRANSFORMACIONES GLOBALES. UNA PERSPECTIVA FEMINISTA

Cornelia Giebeler

DOI 10.22533/at.ed.66820160916

CAPÍTULO 17..... 202

DA LÍNGUA AMEAÇADA ÀS POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO: ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DOS ASURINI DO XINGU

Rodrigo Mesquita
Adriane Melo de Castro Menezes

DOI 10.22533/at.ed.66820160917

CAPÍTULO 18..... 218

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPASSES INTERÉTNICOS NA EFETIVAÇÃO DO CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

Adriana Tigre Lacerda Nilo

DOI 10.22533/at.ed.66820160918

CAPÍTULO 19..... 229

WARMIPANGUI: CUERPO EN DISPUTA, CONTROL Y DOMINACIÓN

Enoc Moisés Merino Santi

DOI 10.22533/at.ed.66820160919

CAPÍTULO 20..... 238

TERRITORIO ZAPATISTA Y POLÍTICA CIUDADANA

Gloria Patricia Ledesma Ríos
Nancy Zarate Castillo

DOI 10.22533/at.ed.66820160920

CAPÍTULO 21.....248

A EXPERIÊNCIA DOS ‘ESCRAVOS DE CONDIÇÃO” NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA DO SÉCULO XVII

Antonio Martins Ramos

DOI 10.22533/at.ed.66820160921

CAPÍTULO 22.....258

INVESTIGAÇÃO DO USO DE ÁLCOOL EM INDÍGENAS KARIPUNA

Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco

Divane de Vargas

DOI 10.22533/at.ed.66820160922

CAPÍTULO 23.....271

PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: RESISTÊNCIAS NO PENSAMENTO-AÇÃO DE AILTON KRENAK

Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro

DOI 10.22533/at.ed.66820160923

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....283

ÍNDICE REMISSIVO.....284

CAPÍTULO 17

DA LÍNGUA AMEAÇADA ÀS POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO: ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DOS ASURINI DO XINGU

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 02/06/2020

Rodrigo Mesquita

Universidade Federal de Jataí, Unidade Acadêmica Ciências Humanas e Letras
Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Letras
Jataí – GO / Boa Vista – RR
<http://lattes.cnpq.br/5548893095432807>

Adriane Melo de Castro Menezes

Universidade Federal de Roraima, Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena
Boa Vista-RR
<http://lattes.cnpq.br/9319080320590984>

Este trabalho foi apresentado no 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina, realizado na Universidade de Brasília, em julho de 2019 e publicado pela primeira vez nos anais do evento sob o título “A aldeia na escola: políticas de fortalecimento da língua Asurini do Xingu”, aqui republicado após revisão e ampliação pertinentes. A pesquisa se dá no âmbito do grupo *Povos, Línguas e Educação Indígena* (PLEI-UFRR/CNPq) e do *Projeto de Suporte Técnico-Pedagógico para Elaboração de PPP de Escolas Indígenas das TI Araweté e Kwatinemo* (nº de registro 15/2017 PRPPG/UFRR).

RESUMO: Neste artigo, através de uma pesquisa-ação colaborativa (ZEICHNER, 2002), buscamos o entendimento de traços do atual contexto sociocultural e linguístico do povo Awaeté Asurini, discutidos através das

percepções da comunidade escolar Asurini em relação aos usos, atitudes e domínio das línguas pela comunidade de fala. Para um melhor entendimento da situação, apresentamos dados sobre o domínio das línguas, coletados a partir de questionários estruturados e entrevistas complementares que abarcaram as variáveis sociolinguísticas “habilidade” e “faixa etária”. Os dados obtidos demonstraram uma quebra na passagem da língua indígena para as novas gerações e o predomínio do português. Tais dados, refletidos juntamente à comunidade, subsidiaram políticas linguísticas e educacionais na TI Koatinemo para o fortalecimento da língua ancestral do povo Asurini.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística; Educação escolar indígena; Língua Asurini do Xingu; Política linguística; Educação bilíngue intercultural

FROM THREATENED LANGUAGE TO STRENGTHENING POLICIES: ASPECTS OF THE SOCIOLINGUISTIC SITUATION OF THE ASURINI OF XINGU

ABSTRACT: In this article, through a collaborative action research (ZEICHNER, 2002), we aim to understand the traits of the current socio-cultural and linguistic context of the Awaeté Asurini people, discussed through the perceptions of the Asurini school community in relation to the uses, attitudes and mastery of languages by the speaking community. For a better understanding of the situation, we present data on the mastery of languages, collected from structured questionnaires and complementary interviews that covered the sociolinguistic variables “skill”

and “age group”. The data obtained showed a break in the passage of the indigenous language to the new generations and the predominance of Portuguese. Such data, reflected together with the community, subsidized linguistic and educational policies in the TI Koatinemo for the strengthening of the ancestral language of the Asurini people.

KEYWORDS: Sociolinguistics; Indigenous school education; Intercultural bilingual education; Asurini language of the Xingu; Language policies

1 | INTRODUÇÃO

O povo indígena Asurini do Xingu, autodenominado Awaeté (ambas as denominações serão alternadas neste artigo, indistintamente), vive atualmente em quatro aldeias localizadas na Terra Indígena Koatinemo, na margem direita do rio Xingu, a aproximadamente cinco horas de embarcação partindo de Altamira, Pará. A língua Asurini, filiada ao tronco Tupi, sub-ramo V da família linguística Tupi-guarani, na classificação de Rodrigues (1985) e Rodrigues e Cabral (2002), é falada pela maior parte da população de aproximadamente 230 pessoas, que também domina o português, sendo portanto, majoritariamente bilíngue.

A atual situação sociolinguística dos Awaeté Asurini, caracterizada pela crescente aceleração do contato com os não indígenas e com outros povos indígenas da região do médio Xingu em razão da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, também é marcada pela reconfiguração do comportamento linguístico deste povo.

Neste artigo, o foco principal está no melhor entendimento da situação sociolinguística, assim como nas políticas linguísticas vislumbradas - e em parte planejadas - pelo povo Asurini com o intuito de fortalecer a língua nativa e frear o avanço do português, cada vez mais presente nas aldeias, inclusive deslocando funções sociais historicamente desempenhadas pela língua ancestral. A situação assimétrica e com configurações de diglossia coloca a língua Asurini em situação de risco e liga o sinal de alerta do povo Asurini, que historicamente tem lutado pela manutenção e fortalecimento de seus traços culturais e linguísticos particulares, assim como tem buscado se adequar às vivências interculturais advindas das novas configurações de contato.

Em tal cenário, a escola Asurini assume o protagonismo na tarefa de planejar as políticas linguísticas articuladas junto às lideranças e demais membros da comunidade para que a língua Asurini possa (continuar a) ocupar a centralidade das relações internas e interculturais do povo Awaeté.

No ambiente escolar, onde os usos e as atitudes linguísticas de professores e alunos estão relacionados a fatores extralinguísticos diversos, a língua Asurini também busca espaços. O estudo, caracterizado como uma pesquisa-ação colaborativa (ZEICHNER, 2002), parte da percepção dos docentes e demais profissionais envolvidos com a educação escolar Asurini e que também são membros da comunidade de fala. A partir de então, busca-se um melhor entendimento da situação sociolinguística dos Awaeté Asurini para subsidiar as políticas educacionais e linguísticas vislumbradas pelos indígenas. Foi

necessário um olhar atento às particularidades do contexto de bilinguismo vivenciado pelos Asurini para, finalmente, realizar o cruzamento com os dados da percepção da comunidade escolar. Antes, porém, faz-se necessário esclarecer os pressupostos teóricos básicos que nortearam a pesquisa.

21 OS ESTÁGIOS DO BILINGUISMO E AS LÍNGUAS AMEAÇADAS

O Brasil, em seu vasto território, abriga diferentes realidades sociolinguísticas. Se o monolinguismo (em língua portuguesa) é a regra em muitos centros urbanos, o plurilinguismo pode ser observado nas áreas menos populosas e mais distantes dos olhares midiáticos que ocultam das grandes massas populares a grande diversidade linguística e sociocultural nacional. A região geopolítica denominada *Médio Xingu* é uma dessas áreas. Nela, habitam povos de origem Tupi (Asurini, Araweté, Parakanã, Juruna, Xipaya e Kuryaya), Macro-Jê (Kayapó e Xikrin) e Karib (Arara), além de populações não indígenas habitantes de reservas extrativistas e comunidades ribeirinhas que utilizam variedades próprias da língua portuguesa.

Mesmo em um macro contexto plurilíngue a nível regional, estudos sociolinguísticos envolvendo comunidades de fala específicas revelam, sincronicamente, situações de monolinguismo, bilinguismo e multilinguismo igualmente diversas. Além disso, estudos diacrônicos revelam mudanças nas situações sociolinguísticas de grupos que vão do monolinguismo na língua indígena, passando por um estágio de bilinguismo em que

observa-se um *continuum* gradual de bilinguismo incipiente (*incipient bilingualism*) à de bilinguismo alto (*hi bilingualism*). Ou seja, um grupo monolíngue em sua L1, em contato com uma L2 passa, na maior parte das vezes, de bilinguismo incipiente a bilinguismo alto e pode chegar à situação limítrofe de ser monolíngue na L2, em parte pela percepção/atitude com relação à valoração das línguas em seu ambiente (BRAGGIO, 2013, p. 1767).

Na situação limítrofe do *continuum* referida pela autora, as pessoas deixam de falar a língua autóctone. As razões para que isso ocorra são diversas (CRISTAL, 2000) e, como reiteram Pérez, Ramos e Terborg (2018), podem ser identificadas em nível macro (nível nacional), médio (regional) e micro (local). As causas de nível macro, mais facilmente identificadas e geralmente mais determinantes para o deslocamento de línguas estão relacionadas com as políticas nacionais e as conseqüentes pressões que tornam as línguas nativas de comunidades indígenas minorizadas e enfraquecidas diante a língua nacionalmente predominante, no caso brasileiro, a língua portuguesa. Quanto às motivações em nível regional e local, é preciso que sejam monitoradas em cada comunidade, levando em consideração fatores linguísticos e extralinguísticos.

Para Cristal (2000), a quebra na passagem de uma língua de uma geração a outra é um dos pontos mais determinantes para colocar uma língua em situação de ameaçada. Isso significa dizer que, se uma comunidade de fala em estágio de bilinguismo alto (com

predominância de falantes bilíngues) deixa de transmitir a L1 para a geração seguinte, essa geração não terá sequer a opção de transmiti-la para a geração subsequente, decretando a morte de uma língua (se isso acontece de forma generalizada na comunidade) ou sua obsolescência (caso algumas famílias o façam gradativamente). Nesse sentido, como apontou Braggio (2013), a percepção e atitude individual e/ou coletiva com relação às línguas, entre outros fatores de ordem extralinguística, são fundamentais na constituição do *continuum* ou quadro bilíngue de uma determinada comunidade de fala.

Estudos sobre o bilinguismo podem se dar por diferentes perspectivas (da linguística, sociologia, educação, psicologia e neurociências, por exemplo), pontos de vista e propósitos (WEI, 2006). Neste trabalho, o bilinguismo é investigado sob a perspectiva da sociolinguística, ou seja, busca o entendimento de aspectos sociais (e culturais) de uma comunidade bilíngue, e a partir dos pontos de vista individual e social (GROSJEAN, 2010). Quanto aos propósitos, portanto, procura-se o entendimento do domínio da língua Asurini e da língua portuguesa pelas pessoas e pela *comunidade de fala* (nos termos de HYMES, 1972) Asurini para subsidiar políticas linguísticas e educacionais do povo indígena.

O bilinguismo é contemplado no nível individual no ponto em que procura entender diferentes graus de domínio de línguas de falantes específicos. Nesse sentido, a concepção de indivíduo bilíngue que adotamos é a mesma postulada por Braggio (2013, p. 1767), qual seja: “um indivíduo bilíngue é aquele que usa (fala) duas línguas no seu cotidiano e, portanto, tem conhecimento das duas línguas e sabe como usá-las em diferentes situações de interação social”. Isso implica, como referência para o arranjo metodológico adotado na pesquisa, que aquele que não domina ou com pouco domínio de uma determinada língua (considerando suas funções sociais e discursivas em diferentes eventos de fala) não atende, portanto, as condições necessárias para ser considerado bilíngue.

Este trabalho também contempla o bilinguismo a partir do ponto de vista social na medida em que projeta para o nível da comunidade de fala a confluência dos resultados obtidos através das análises individuais.

3 | OS ASURINI DO SÉCULO XXI: RECORTES DE UMA HISTÓRIA EM CURSO E AS PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES

Apesar do difícil acesso (o acesso à TI Koatinemo é possível apenas por via fluvial ou aérea), o contato dos Asurini com a população não indígena é cada vez mais intenso. Com a vigência do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), implementado pela Norte Energia (consórcio responsável pela construção e gestão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte) a partir de 2010, o movimento de não indígenas nas aldeias passou a ser cada vez mais frequente. Equipes de frentes de trabalho diversas transitam pelas aldeias, promovem reuniões, realizam capacitações e se instalam por períodos maiores de tempo para obras de infraestrutura.

Com a implementação do PBA-CI, os Asurini passaram a contar com maior número de embarcações e motores mais eficientes, além de mais combustível e veículos automotores na cidade, o que possibilitou maior frequência à zona urbana de Altamira, para onde se deslocam com regularidade para participar de reuniões com a Norte Energia, executoras do PBA-CI e demais instituições envolvidas nas redes de articulação das quais os Asurini passaram a fazer parte na sua história recente.

Nas aldeias, casamentos interétnicos com indígenas de outras etnias e com não indígenas que se tornaram mais comuns, o que também impactou, como veremos mais adiante, na situação sociolinguística dos Asurini.

Novas tecnologias e interesses passaram a fazer parte do cotidiano do povo, assim como novas situações comunicativas redesenharam as funções sociais desempenhadas pela língua nativa e pela língua portuguesa. Na cidade, por exemplo, o português é a única língua utilizada nas relações com indígenas de outras etnias e com não indígenas. Mesmo entre os Asurini, o português é muitas vezes alternado com a língua indígena, situação que se repete nas aldeias entre os jovens e adultos. Entre as crianças mais jovens, é difícil escutar alguma palavra em Asurini quando interagem entre si, seja em ambiente familiar ou na escola, situação percebida inclusive pelo professor indígena:

Exemplo 1:

O que eu percebo, hoje né, é que os alunos que tão sendo alfabetizado, só que tá sendo difícil é... a oralidade dentro da língua materna. O que eu percebo é que o que tá sendo ensinado talvez não tá saindo na prática, com eles mesmo, assim oralmente, dialogando com seus irmãos, suas irmãs, do dia a dia. Eu percebi isso já né, que o que tá sendo ensinado não tá sendo praticado fora da escola.

Na *Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Mure'yra Aitejepe*, da aldeia Kwatinema, a oferta do ensino fundamental – anos iniciais ocorre em classes multisseriadas: uma turma de alunos das séries iniciais, que corresponde ao grupo que se encontra na etapa do primeiro ao terceiro ano e outra turma com grupo de alunos do quarto e quinto anos.

A escola funciona desde o ano de 1989, fruto de uma parceria entre o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em 1996, a Secretaria de Educação do Estado do Pará assume a responsabilidade pela educação escolar indígena na Aldeia Kwatinema que funciona, atualmente, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Altamira.

Até o ano de 2011, a equipe de educadores foi composta apenas por não indígenas, situação que só se modificou com surgimento do curso de Magistério Indígena, em 2009, ofertado em regime modular e que possibilitou a formação de professores Asurini, para assumirem, em 2012, o ensino na escola. Esta mudança foi fundamental para que a língua

Asurini pudesse ser adotada como língua de ensino.

Considerando os direitos a uma educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural (BRASIL, 1888; 1996; 2008; 2012; 2014) e as próprias expectativas do povo Asurini, a estratégia adotada pelos professores foi a de alfabetizar os alunos inicialmente na língua Asurini. De acordo com o planejamento elaborado, em comum acordo, pelo professor que atua na sala multisseriada do primeiro ao terceiro ano e, posteriormente, o da turma de quarto e quinto ano, os alunos no primeiro ciclo seriam alfabetizados e ensinados apenas na língua indígena, e o ensino da leitura e escrita da língua portuguesa seria de responsabilidade do professor que atua na classe multisseriada do quarto e quinto ano. Contudo, segundo a percepção do professor Asurini – que é responsável pela alfabetização das crianças na língua Asurini –, os alunos não praticam nos demais contextos da aldeia o que é trabalhado em sala de aula com a língua. Além disso, ele relata as dificuldades de alfabetizar os alunos em uma língua que eles pouco ou nada dominam:

Exemplo 2:

Isso que eu tenho uma preocupação também, porque não adianta. O que tá sendo no momento é (que) eles tão aprendendo, tamo lendo, escreve algumas coisas, mas se ele não souber, assim na prática mesmo, se não souberem falar bem, não têm repertório pra escrever.

Diante destas situações, os Asurini buscam, nesse momento, construir estratégias para responder à condição ameaçada de sua língua mediante o avanço do português. A educação escolar indígena se coloca como um desses caminhos. Atualmente, o povo Asurini conta com duas escolas: além da já referida escola da aldeia Kwatinema, há outra na aldeia Ita'aka, a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Janemueawa Janeje'égimu*, criada em 2012. Ambas ganharam sedes novas recentemente, construídas pela Norte Energia.

A estruturação política, administrativa e pedagógica das escolas, ainda como parte do PBA-CI e em articulação com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Altamira e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estava prevista através da implementação do Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI) do povo Asurini.

Em relação aos seus objetivos específicos, o PEEI teve como foco atender as necessidades e demandas apontadas para o desenvolvimento educacional do povo Asurini, considerando-se os princípios legais que dão suporte aos seus direitos por uma educação escolar específica, diferenciada, bilíngue e intercultural e, principalmente, as condições proporcionadas às suas comunidades para a discussão e reflexão da educação escolar que desejam consolidar.

Entre as principais ações do PEEI, destaca-se a formação de professores indígenas, a elaboração de materiais didáticos, formação de redes de colaboração e elaboração de documentos regimentais das escolas (como os Projetos Político Pedagógicos - PPP) e de

apoio pedagógico para professores e gestores escolares.

Os autores do presente artigo atuaram como consultores e formadores do PEEI junto ao povo Asurini (e também junto ao povo Araweté, na Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna). O trabalho, realizado no período de 2016 a 2019, proporcionou uma vivência mais próxima com a educação escolar desses povos.

A pesquisa-ação colaborativa foi a perspectiva metodológica adotada, justamente por fornecer meios para professores, formadores e demais colaboradores promoverem um melhor engajamento na análise e reflexão sobre suas práticas de ensino. Conforme Zeichner (2002), tal engajamento possibilita a expansão do pensamento dos atores educacionais de forma a incluir também um olhar sobre as dimensões sociais e políticas do trabalho realizado nas escolas. Além disso, o trabalho coletivo realizado por meio da pesquisa-ação proporciona que uma cultura de reflexão sobre as práticas escolares alimente uma sequência de ações que vão do diagnóstico à concretização dos objetivos da escola e da comunidade, passando pela formulação de estratégias, desenvolvimento e avaliação. De forma ininterrupta, tal como em espirais, espera-se que isso faça parte do planejamento conjunto entre escola e a sociedade da qual ela faz parte.

A atuação como formadores – além de pesquisadores – do PEEI junto ao povo Asurini, nos exigiu um maior conhecimento da realidade para que pudéssemos contribuir com o propósito de oferecer subsídios para educação escolar indígena (EEI) dos Awaeté Asurini. Considerando-se as muitas variáveis que intervêm em processos educacionais, optamos em começar com o entendimento, em nível local, da situação sociolinguística do povo Asurini. A primeira tarefa foi ouvir a respeito das experiências e impressões dos professores – agentes centrais na EEI - sobre o processo educacional. Para isso, foram realizadas entrevistas, em diferentes oportunidades, entre maio de 2017 e maio de 2018.

Como mostramos nos exemplos 1 e 2, anteriormente expostos, as primeiras impressões dos professores indígenas já indicavam uma preocupação com a situação do (pouco) domínio da língua Asurini pelas crianças, além da dificuldade com a alfabetização na língua Asurini, possivelmente em decorrência de uma “preferência” pela língua portuguesa entre as crianças e os mais jovens.

Além disso, os professores Asurini também perceberam um letramento mais efetivo na língua portuguesa, ainda que iniciado mais tardiamente (a partir do 4º ano do ensino fundamental, como já explicado). Quando questionamos sobre o trabalho com produção de textos, em ambas as línguas, com alunos do 4º e 5º anos, o professor Asurini aponta, como um dos motivos para as dificuldades que os alunos têm com a escrita na língua indígena, a falta de repertório lexical (exemplo 3) e também do conhecimento gramatical da língua (exemplo 4).

Exemplo 3:

Tem acontecido isso [dificuldade para produzir textos na língua Asurini]. Porque assim, é como eu to falando né... se eu for fazer uma pergunta, vamo dizer... às vezes ele não encontra na cabeça dele a palavra, tá. Aí fica difícil até dele escrever a resposta. Aí há também a dificuldade. Já no português, ele tem a palavra. Pode confundir a letra, mas sabe a palavra.

Exemplo 4:

Redação? Rapaz, eu não sei não. Porque pra ter um domínio, tem que saber, tem que ter o domínio dos dois, tanto da escrita, como da fala, né. Como eu to te falando, vamo dizer, eu to.. eu to ensinando uma regra da língua. Se ele não vai falar.. ali [na sala de aula] tá sabendo... se ele não vai praticar fora [da sala de aula], vai ser difícil ele... ele lembrar tudinho, como é a regra, qual é a posição da palavra, né. No português ele tá sabendo porque tá falando fora, em todo lugar.

Os professores Asurini também relataram dificuldades para trabalhar com alguns componentes curriculares ou temas específicos utilizando língua nativa como língua de instrução. Termos técnicos em português, específicos de cada área do conhecimento e presentes nos materiais escolares, muitas vezes não possuem terminologia correspondente em Asurini. Além disso, a dificuldade de compreensão pelos alunos quando o professor tenta dar aulas em Asurini também é recorrente:

Exemplo 5:

Pesquisador: Quando tu vai, por exemplo, ensinar o alfabeto da língua Asurini, que língua tu vai usar?

Professor Asurini: Se for do Asurini, é Asurini.

Pesquisador: E eles entendem?

Professor Asurini: Entender, eles podem entender. Agora, difícil é partir deles. Aí já responde no português. Se não entender, eu vou explicar no português.

Após o levantamento das percepções dos professores Asurini, o segundo passo foi sistematizar um instrumento de coleta para mensurar a situação de bilinguismo do povo indígena, assim como entender os processos de transmissão das línguas às novas gerações de falantes.

4 | O DOMÍNIO E A TRANSMISSÃO DAS LÍNGUAS

Neste artigo, de forma sucinta, apresentamos dados prévios sobre o domínio das línguas, coletados a partir de questionários estruturados e entrevistas complementares que abarcaram as variáveis sociolinguísticas “habilidade” e “faixa etária”. Os questionários foram aplicados em três etapas. Na primeira, contou com a colaboração dos professores e lideranças Asurini, que responderam sobre as habilidades linguísticas (em relação às línguas Asurini e portuguesa) da totalidade da população, que somou total de 215 pessoas na realização do levantamento, em 2017, incluindo indígenas de outras etnias e não indígenas que se casaram com Asurini e passaram a viver entre eles. Na ocasião, haviam apenas duas aldeias Asurini. Atualmente (2020), os Asurini encontram-se divididos em quatro aldeias, com uma consequente redistribuição da população. A oferta de educação escolar, como já relatamos, só acontece nas duas maiores – Kwatinema e Ita’aka.

Seis pessoas colaboraram nesta etapa e, coletivamente, avaliaram as habilidades linguísticas de cada Asurini. Na TI Koatinemo, todas as pessoas se conhecem e convivem cotidianamente, o que permitiu que os professores e lideranças se sentissem à vontade para avaliar as habilidades linguísticas dos demais membros da comunidade.

Na segunda etapa, o mesmo questionário foi utilizado com professores não indígenas atuantes junto aos Asurini e profissionais da SEMED envolvidos com a educação escolar dos Asurini há mais de uma década. Quatro pessoas colaboraram nesta etapa.

Na terceira etapa, os dados resultantes das duas etapas anteriores foram cruzados e os (poucos) pontos de não concordância foram levados aos mesmos participantes anteriores para uma reavaliação, momento em que puderam justificar e esclarecer repostas específicas. Essa etapa permitiu chegar ao refinamento dos critérios internos utilizados para os julgamentos de ambos os grupos de respondentes sobre as habilidades linguísticas e seus falantes.

Para efeitos de análise, foram consideradas cinco faixas etárias, estabelecidas considerando as configurações socioculturais dos povos tupi do médio Xingu: faixa 0 = 0 a 2 anos (bebês); faixa 1 = 3 a 5 anos (crianças); faixa 2 = 6 a 13 anos (+jovens); faixa 3 = 14 a 39 anos (adultos) e faixa 4 = 40 ou mais (+velhos).

Os dados foram então sistematizados com auxílio da ferramenta “Excel for Windows”, por aldeias, para levantamento estatístico. Foram computadas as respostas SIM / NÃO / POUCO para cada questão sobre cada habilidade linguística de cada indivíduo que vive na TI Koatinema e quantificadas em proporção ao número total de indivíduos, considerando-se, portanto, as células sociolinguísticas HABILIDADE (entender; falar; ler; escrever), LOCAL (aldeia Kwatinema ou aldeia Ita’aka), LÍNGUA (português ou Asurini) e FAIXA ETÁRIA (1; 2; 3; 4). Para os propósitos deste artigo, será considerada apenas a HABILIDADE de “falar” o par de línguas, considerando-se a variável FAIXA ETÁRIA.

Os critérios para julgamento das habilidades foram previamente estabelecidos e

alinhados junto aos grupos de colaboradores da pesquisa. De uma forma geral, SIM = pessoa que tem autonomia para 'K' em determinada língua 'Y'. POUCO = pessoa que está começando a dominar 'K' em determinada língua 'Y', mas ainda não o faz plenamente ou não autonomamente. Geralmente, sabe algumas palavras e frases curtas. NÃO = pessoa com nenhum ou muito pouco domínio de 'K' em determinada língua 'Y'. K = uma das habilidades linguísticas, quais sejam: entender, falar, ler, escrever. Y é uma das línguas: Asurini ou Português.

Seguindo o recorte metodológico, a faixa '0' foi desconsiderada para a análise das habilidades linguísticas. Na análise dos gráficos 1 e 2 e dos dados complementares, observa-se que as crianças da faixa 1 tem domínio bastante limitado da língua Asurini: 89,65% das crianças possuem limitações para falar a língua, das quais 79,31% pouco falam e 10,34% não falam a língua nativa do povo. Por outro lado, as crianças dominam amplamente o português, com 96,55% de falantes. As crianças que não o fazem (3,45%) são as que vivem com avós monolíngues em Asurini.

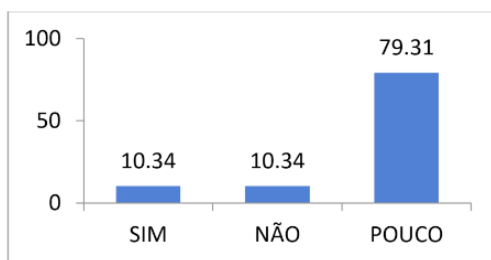


Gráfico 1 – Falantes de Asurini na TI Koatinemo - Faixa 1 (3 a 5 anos)

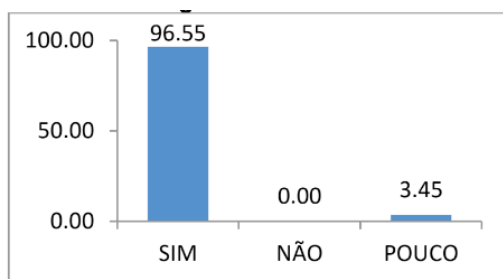


Gráfico 2 – Falantes de Português na TI Koatinemo - Faixa 1 (3 a 5 anos)

De acordo com os dados apresentados, a língua portuguesa, na atualidade, é a primeira língua da grande maioria das crianças Asurini. A língua indígena, referida pela comunidade como “língua materna”, está sendo aprendida na escola e a ela tem cabido o papel de cobrar dos alunos o domínio da língua Asurini, papel esse cada vez menos

relacionado ao contexto familiar. A comparação entre os dados da faixa etária 1 com os dados das faixas 2, 3 e 4 permite perceber uma aceleração nas mudanças de atitude linguística, dado a ampla diferença entre a faixa 1 e 2:

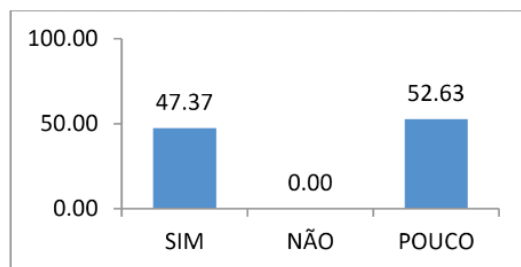


Gráfico 3 - Falantes de Asurini na TI Koatinemo - Faixa 2 (6 a 13 anos)

Conforme o gráfico 3, na faixa etária 2, a parcela que possui um domínio pleno da língua Asurini é consideravelmente maior (47,37%). A outra parte da população na mesma faixa etária (52,63%) pode falar a língua com alguma dificuldade. A parcela da população que pode falar Asurini avança progressivamente na faixa etária 3 e se estabiliza com mais de 90% com domínio pleno da língua:

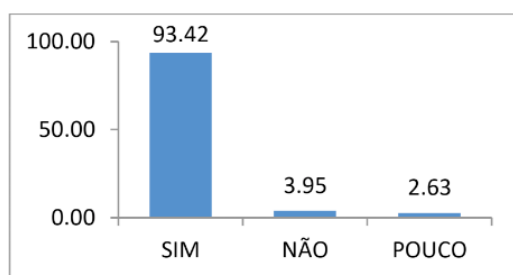


Gráfico 4 - Falantes de Asurini na TI Koatinemo - Faixa 3 (14 a 39 anos)

Nas faixas etárias 2 e 3, 100% das pessoas falam português sem dificuldades, o que demonstra o predomínio dessa língua nas faixas 1, 2 e 3 e aponta as duas últimas (faixas 2 e 3, ou seja, +jovens e adultos) como o período em que se estabeleceu o bilinguismo alto dos Asurini, que compreende as décadas de 1980, 1990 e 2000. Uma inversão em relação ao domínio das línguas vai ocorrer somente na faixa etária 4:

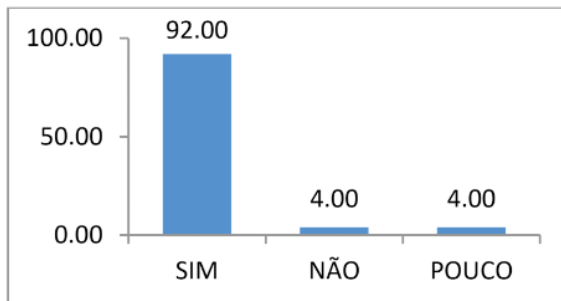


Gráfico 5 - Falantes de Asurini na TI Koatinemo - Faixa 4 (40 anos ou mais)

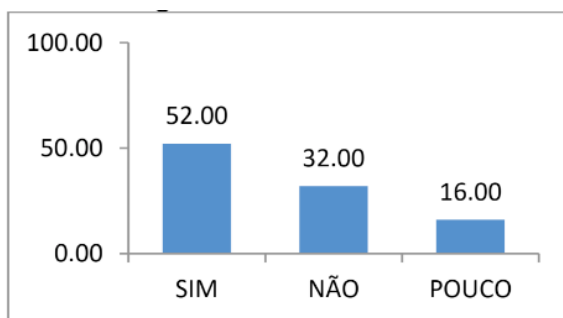


Gráfico 6 - Falantes de Português na TI Koatinemo - Faixa 4 (40 anos ou mais)

Ao estabelecer uma comparação entre os gráficos 5 e 6, em que são opostas as habilidades de falar as línguas Asurini e português na TI Koatinemo, é possível observar que, na faixa etária 4, há uma inversão quanto ao domínio mais amplo da língua portuguesa nessas habilidades, cabendo à língua Asurini o papel da língua mais forte entre os mais velhos. Como demonstram os gráficos 5 e 6, 92% das pessoas na faixa etária 4 podem falar bem a língua Asurini, enquanto 4% falam a língua com limitações. Um número menor de pessoas (52%) pode falar português e 32% não podem fazê-lo, ou seja, são monolíngues na língua indígena. Outros 16% falam “pouco” o português.

A pequena parcela que têm dificuldades para compreender ou falar a língua Asurini (8%, conforme o gráfico 5) na faixa etária 4 é composta por pessoas de outras etnias e mesmo não indígenas que vivem na TI Koatinemo, que aprenderam a língua parcialmente ou não a dominam. Isso também ocorre na faixa etária 3 (conf. gráfico 4). Isso significa que todos os Asurini com 40 anos de idade ou mais tiveram a língua Asurini como primeira língua (L1) e muitos permanecem monolíngues nessa língua. As pessoas que compõem a geração seguinte (faixa 3) também têm o Asurini como L1, no entanto são bilíngues e podem falar/compreender plenamente o português. Somente nas faixas etárias 1 e 2, compostas por crianças e +jovens entre 3 e 13 anos, registra-se casos de aquisição de

português como primeira língua, ainda mais intensa na faixa etária 1 (e certamente na faixa etária 0).

O presente estudo, nesse sentido, reforça a constatação de que a língua portuguesa, na atualidade, ocupou a função sociocultural de ser a língua primeira das crianças Asurini. Ainda é possível estimar que a mudança quanto à atitude linguística dos Asurini começou a se dar na última década e que, mais precisamente nos últimos cinco anos – período que coincide com a aceleração do contato com a sociedade não indígena –, começou a predominar o português como L1 na TI Koatinemo.

Tais dados e constatações, refletidos juntamente às comunidades Asurini, subsidiaram políticas linguísticas e educacionais na TI Koatinemo para o fortalecimento da língua ancestral do povo Asurini do Xingu.

5 I DO (RE)CONHECIMENTO DOS RISCOS À (RE)AÇÃO COLETIVA: A SITUAÇÃO DAS LÍNGUAS, AS POLÍTICAS E A PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICAS

Estudos como o de Braggio (2005), baseados em ampla literatura sobre situações de contato linguístico e sociocultural, mostram que uma população em situação de contato assimétrico pode passar de monolíngue na língua nativa, atravessando um estágio de bilinguismo com a língua sócio-política e economicamente majoritária, a monolíngue nessa última, no caso, a língua portuguesa. Nesse sentido, como também ressalta Braggio, as atitudes dos grupos indígenas e a postura que adotam perante as línguas é de fundamental importância para o futuro das línguas.

Se há, por exemplo, uma identificação e um sentimento da língua como patrimônio cultural, como parte da identidade de um povo, a atitude positiva diante uma língua em situação de risco pode contribuir para políticas de (re)vitalização e fortalecimento das línguas indígenas. É o que parece acontecer entre os Asurini. Durante o processo de construção dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) e currículos de suas escolas, os Asurini envolvidos refletiram sobre a situação ameaçada da língua.

Exemplo 6:

Então assim, com mais diálogo, com mais apresentação desse quadro acho que eles... nós vamo sentir envengenhado na parte cultural né, porque é uma língua que representa nós, né. Acredito que se explicar mais, explicar o.. se trazer uma, como vou dizer, um povo que passou por esse processo também, pra explicar como é que a [situação] dele é doído né, pra mostrar, porque isso é... já sentia a muito tempo. Desde 2014 eu já percebi esse mudança da língua, mas às vezes era só nós que tava percebendo, mas nunca chegamos a conversar com os mais novos.

Em consonância com a preocupação do professor Asurini na fala acima, reuniões foram convocadas pelas lideranças e professores e realizadas com a presença de toda

comunidade. Algumas delas com nossa presença, outras somente com a presença da comunidade. Em uma das reuniões com nossa participação, uma liderança Asurini pediu que explicássemos para a comunidade, com auxílio dos dados, a situação levantada. Tomar conhecimento sobre essa situação alertou de imediato as lideranças Asurini, que em articulação com os professores, decidiram por estabelecer como uma política linguística a cobrança da comunidade quanto ao uso da língua Asurini nas interações familiares, especialmente com os filhos pequenos.

Da mesma forma, os professores se comprometeram a dar ênfase ao trabalho com a oralidade na língua Asurini também no ambiente escolar, isso para que a alfabetização na língua indígena fosse mais efetiva. Outra medida considerada importante foi a incorporação das decisões nos PPPs das escolas. A valorização da língua nos espaços sociais da aldeia, inclusive de sua modalidade escrita, demonstra a atitude positiva dos Asurini, como na fala do professor, no exemplo 7:

Exemplo 7:

Eu acho que a partir de hoje nós vamo tá fazendo isso né, como definiram. Acho que assim eles [a comunidade] podem dar valor pra nossa língua. Eles tão... de qualquer forma, como dialogar em português ficam achando que tá bom né.. então o que tá se passando é uma substituição muito rápida pra mim.

A política proposta pelas lideranças consiste, portanto, no estabelecimento de uma regra sociolinguística que proteja a língua no seu ponto mais central, ou seja, a passagem de uma língua de uma geração a outra, o que garante sua permanência e vitalidade para as gerações futuras.

Os Asurini perceberam que, se são rápidas as mudanças, rápidas também devem ser as reações para que seus valores e bens imateriais mais fundamentais sejam respeitados e fortalecidos. A língua, entendida com um desses patrimônios imateriais mais preciosos, encontra-se no centro das preocupações recentes dos Asurini, como na conclusão a que chega o professor:

Exemplo 8:

No momento, acho que a palavra que tá é fortalecer, né. Chegar na revitalização já vai ser mais complicado. Porque ia ser mais é pesquisa no livro e tudo mais, [aí] não vai ser mais como fortalecimento, vai ser mais como revitalização.

Ainda há muito o que investigar em relação à situação sociolinguística dos Asurini. Uma percepção dos Asurini que precisa ser melhor compreendida, por exemplo, é a grande diferença entre a língua dos mais jovens e a língua dos mais velhos, percebida através de fenômenos como a alternância de línguas e empréstimos. De toda forma, espera-se

que este estudo, realizado em colaboração com o povo Awaeté, possa oferecer ainda mais subsídios para que possam refletir sobre sua situação atual e tomar as decisões que julgarem pertinentes para o futuro do povo, sua língua e cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n.121, p.7, 25 de junho de 2012.

BRAGGIO, Silvia L. Bigonjal. Um Estudo Tipológico Sociolinguístico dos Xerente Akwe: Questões de Vitalização. In: AGUIAR, Ofir Bergmann de (Org.). **Região, Nação, Identidade**. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, p. 165-183, 2005.

BRAGGIO, Silvia L. Bigonjal. A aquisição do português escrito pela criança xerente akwén: aspectos cognitivos, sociolinguísticos e educacionais. **Atas do IV SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**. Goiânia: UFG, p. 1686-1699, 2013.

CRYSTAL, David. **Language death**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

GROSJEAN, François. **Bilingual: life and reality**. Harvard University Press, 2010.

HYMES, Dell. Toward ethnographies of communication: the analysis of communicative events. In: GIGLIOLI, Pier Paolo. (Ed.). **Language and social context**. Harmondsworth: Penguin Books, p. 21-43, 1972 [1964].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf

PÉREZ, Lillyan Arely; RAMOS, Verónica Aideé; TERBORG, Roland. Diferentes etapas en el desplazamiento de una lengua indígena: estudio comparativo entre las comunidades de Jesús María, Nayarit y San Juan Juquila Mixes, Oaxaca. **LIAMES - Línguas Indígenas Americanas**, v. 18, n. 2, p. 367-380, 2018.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas Brasileiras**: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas. Ed. Loyola, 1985.

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, A. S. A. C., RODRIGUES, A. D. (Orgs.). **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história**. Tomo I. Belém: UFPA/EDUFPA, p. 327-337, 2002.

WEI, Li. **The Bilingualism Reader**. 5ª ed. London and New York: Routledge, 2006.

ZEICHNER, Ken. A pesquisa-ação e a formação docente voltada para a justiça social: um estudo de caso nos Estados Unidos. In.: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Ken. **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 67-94.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aldeia Tuxa 51

Amazônia 13, 17, 43, 44, 45, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 105, 130, 160, 175, 218, 250, 252, 259, 269

Ancestralidade 89, 90, 92, 97, 98, 100, 101, 104, 113, 151, 152, 156, 157, 158

Audiovisual 99, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116

C

Comunidades Nativas 160, 162, 165, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184

Construção de Currículo 13

Criança Guarani 1

Curtas Metragens 107, 109

D

Descolonização 89

Disputa 229, 235, 243, 249, 274

E

Educação Escolar 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 21, 22, 27, 30, 35, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 70, 75, 76, 121, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 216, 224

Educação Intercultural 8, 14, 22, 24, 35, 63

Escolas Indígenas 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 32, 34, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 74, 76, 92, 202

Escravidão Indígena 248

Espiritualidade 94, 141, 146, 148, 156, 158

I

Indígenas Karipuna 258

L

Léxico Indígena 77, 80, 81, 83, 85

Língua Ameaçada 12, 202

M

Memórias 10, 65, 66, 88, 89, 91, 92, 95, 102, 110, 116, 119, 132, 135, 144

O

Oralidades 119

P

Políticas 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 48, 54, 64, 65, 67, 68, 75, 89, 111, 123, 127, 129, 136, 145, 149, 163, 178, 191, 200, 202, 203, 204, 205, 208, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 244, 249, 251, 253, 270, 277

Políticas de Fortalecimento 202

Práticas Inclusivas 23, 24, 29, 31, 33, 34

R

Resistências 90, 132, 144, 271



Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020



Culturas e História dos Povos Indígenas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2020